



Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

e

Ministério da Justiça

Programa de Estado de Direito e Justiça

**Relatório Trimestral**

Abril a Junho

Preparado por

PNUD

Julho de 2015

## **I - Contexto político, económico e social**

- O segundo trimestre de 2015 é caracterizado pelo sucesso dos resultados da mesa redonda de doadores em Bruxelas. O Governo conseguiu uma promessa de 1.5 biliões de dólares, após aprovação do documento estratégico nacional “Terra Ranka”. A promessa da comunidade internacional vai permitir o investimento público nas áreas das infraestruturas, da energia, do reforço das instituições democráticas, respondendo assim às carências na satisfação das necessidades básicas das populações. Em termos económicos o segundo trimestre é o período da campanha de comercialização da castanha de cajú, a qual permite o aumento de rendimentos da parte das populações, e em particular das áreas rurais.

## **II – Realizações registadas nos domínios de intervenção**

### **O acesso à justiça e aos serviços jurídicos são melhorados**

#### **Centros de Acesso à Justiça**

- O programa Estado de Direito e Justiça do PNUD tem contribuído largamente para a construção da confiança em instituições públicas, particularmente o Ministério da Justiça, no apoio aos Centros de Acesso à Justiça (CAJ), através da prestação de serviço de apoio jurídico gratuito para milhares de pessoas, e através de mediação e conciliação, nos casos em a lei guineense permite a resolução de disputas extrajudicialmente. No decurso do II trimestre de 2015, um total de 431 pessoas (21% de mulheres) beneficiaram de apoio jurídico gratuito concedido pelos Centros de Acesso à Justiça (CAJ) na capital Bissau e nas regiões de Cacheu, Oio e Bafatá. Mais de 65% dos casos foram atendidos por Técnicos de Assistência Jurídica (TAJ), funcionários do Ministério da Justiça colocados nos CAJ, a maioria das vezes com recurso aos Mecanismos de Resolução Alternativa de Disputas (ADR, sigla em inglês).

## **III – As capacidades e as competências dos actores da justiça são melhoradas**

- O PNUD continua a apoiar o Ministério da Justiça na capacitação dos operadores judiciais. Com efeito, os magistrados estagiários do II curso de ingresso nas magistraturas terminaram a fase de estágio prático nos tribunais, devendo ser nomeados definitivamente nos tribunais após essa fase de experiência.
- O CENFOJ continua a proporcionar acções de formação dos magistrados e funcionários judiciais. Neste segundo trimestre de 2015, o CENFOJ deu formações de actualização para juízes e procuradores sobre temas específicos tais como o Direito do Ambiente, a Criminalidade Organizada e Transfronteira, o Cybercrime, o Tráfico de Pessoas e de Estupefacientes.

## **III – Aspectos transversais**

- A promoção e protecção dos direitos humanos, em particular das mulheres e crianças, é uma temática transversal na prestação de serviço de apoio jurídico gratuito nos CAJ. Com efeito, as visitas semanais a esquadras de policia e centros de detenção visam monitorar a situação dos direitos humanos junto das autoridades administrativas, fornecendo apoio e assistência jurídica àqueles que necessitem.

#### **IV – Desenvolvimento das parcerias e mobilização dos recursos**

- O desenvolvimento das parcerias com organizações da sociedade civil e ONGs que trabalham na área dos direitos humanos é uma estratégia adoptada pelos CAJ nos últimos meses. Esta estratégia visa atingir os chamados grupos vulneráveis, nomeadamente as mulheres e as crianças. Esta estratégia resulta da lição aprendida segunda a qual após 31 meses de funcionamento, isto é de Setembro de 2011 a Março de 2014, apenas 21% dos casos atendidos nos CAJ foram apresentados por mulheres. Daí uma nova abordagem que permita atingir as mulheres e crianças, a qual justificou o estabelecimento de parcerias com organizações da sociedade civil que trabalham na área dos direitos humanos nas regiões onde os CAJ estão instalados.

#### **V - Gestão de riscos**

- Durante o ano de 2015, o projecto tem pago directamente todos os prestadores de serviços nos CAJ e CENFOJ uma vez que a modalidade de transferência de fundos foi suspensa desde o golpe de 2012. Essa modalidade de pagamento directo confere maior segurança aos fundos.

#### **VI - Obstáculos e oportunidades**

- A falta de colaboração das autoridades administrativas, nomeadamente as esquadras das polícias, que por vezes fazem cobranças ilegais ou detenções ilegais, tem dificultado o funcionamento dos CAJ.
- A falta de juizes nos tribunais de sector em algumas regiões tem afectado os casos atendidos nos CAJ e remetidos aos tribunais, pois ficam parados nos tribunais por falta de juiz ou magistrado do ministério público que deva dar o tratamento devido aos referidos casos.
- Para resolver esses casos o Gabinete de Informação e Consulta Jurídica (GICJU) do Ministério da Justiça, tem feito deligências junto das autoridades no sentido de solicitar uma maior colaboração de outras entidades do Estado.
- A realização das eleições em Abril de 2014 é uma oportunidade para o programa, pois que vai permitir o regresso a normalidade constitucional, logo a um Governo com legitimidade democrática que, por conseguinte, vai permitir a apropriação do projecto.

#### **VII - Desafios, respostas e lições aprendidas**

- O funcionamento irregular dos tribunais de sector, particularmente nas regiões de Cacheu e Oio, o que tem afectado a média dos casos resolvidos nos CAJ e submetidos aos tribunais.
- A troca de sinergias com organizações da sociedade civil que trabalham na área dos direitos humanos é uma lição aprendida, porquanto tem permitido o aumento gradual do número de utentes nos CAJ.
- Em termos de aprendizagem e gestão de conhecimentos, os CAJ têm contribuído para a maior consciencialização das populações sobre a problemática dos direitos humanos. Neste aspecto foram realizadas algumas formações sobre direitos humanos, destinadas a

diferentes associações locais, nas quais participaram os TAJ e os peritos do projecto do PNUD nos CAJ.

### VIII - Recomendações

- Fomentar e aprofundar parcerias com OSC locais e ONGs (particularmente em relação à protecção dos direitos das mulheres e crianças).
- Focar as acções sobre mulheres e crianças, que são consideradas o grupo alvo.
- Reforçar a sensibilização para atrair mais pessoas aos Postos de Atendimento Sectoriais.
- Sensibilização sobre direitos das mulheres e crianças nos programas de rádio.
- Promover relações com os anciãos das tabancas para penetrar nas comunidades.
- Realizar seminários com diferentes agentes de justiça : ministério público, juízes, polícia judiciária, etc.

### Assinaturas

<b>Pelo parceiro de implementação :</b> Nome e Apelido : <i>Juliano Augusto Fernandes</i> Função : <i>Coordenador do CIC Ju</i> Assinatura : <i>[assinatura]</i>
<b>Pelo gestor do projecto :</b> Nome e Apelido : <i>Kamil Gey</i> Função : <i>National Legal Expert</i> Assinatura : <i>[assinatura]</i>
<b>Pelo Governo :</b> Nome e Apelido : <i>Dejal Mendes</i> Função : <i>DA / Administração da justiça</i> Assinatura : <i>[assinatura]</i>